

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.729/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MOBILIÁRIOS, DESTINADOS AO HRLB, CAR E LABORATÓRIO REGIONAL

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Data da Sessão Pública: 24/03/2025

Recebimento das Propostas: Até às 8h50min 24/03/2025

Início da Disputa de Preços (Lances): Às 09h00min do dia 24/03/2025

Modo de Disputa: ABERTO

Benefícios ME/EPP: (X) SIM () NÃO

Plataforma eletrônica : www.portaldecompraspublicas.com.br " Acesso Identificado"

Referência de Tempo: horário de Brasília (DF)

INFORMAÇÕES: Serviço de Suprimento – Setor de Licitações – Rua Pedro Bonne, 508 - Centro, Pariquera-Açu – SP, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (13) 3856-9609, ou através do e-mail compras@consaude.org.br.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL – CONSAÚDE – Consórcio Público, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 57.740.490.0001-80, com sede na Rua dos Expedicionários, nº 140, Centro, Pariquera-Açu, Estado de São Paulo, torna público que realizará **LICITAÇÃO** para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para o Hospital Regional Leopoldo Bevilacqua, observado as condições e especificações constante no presente edital e seus anexos.

O presente edital está regido pela Lei Federal nº 14.133/21, e Decretos nº 006/24 e 007/24, ambos do CONSAÚDE, Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS DE MOBILIÁRIOS, DESTINADOS AO HRLB, CAR E LABORATÓRIO REGIONAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, de acordo com as condições e especificações constantes deste Edital e seus anexos.

1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de **12 (doze) meses**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133/21 e de acordo com as disposições do art. 19 do Decreto nº. 007/2024 do CONSAÚDE

1.4. O contrato ou documento equivalente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

2. DA ADESÃO À ATA

2.1. O CONSAÚDE é Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços desta licitação.

2.2. São Órgãos Não Participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação e não integram a ata de registro de preços, mas que, atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Edital e do Decreto nº 007/2024 do CONSAÚDE, podem fazer adesão à Ata de Registro de Preços.

2.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, observados as condições dispostas no Decreto 007/2024 do CONSAÚDE.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas e no Decreto 007/2024 do CONSAÚDE, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com ao Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

2.3.2. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

2.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, a uma vez do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3. DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO

3.1. A PROPONENTE deverá observar as datas e horários previstos para a abertura da sessão pública, atentando-se também para a data e horário do início da disputa de preços, conforme disposto no preâmbulo deste edital.

3.2. Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica, do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.2. A Sessão eletrônica e todos os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo CONSAÚDE, por intermédio do Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica da Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.3. O Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o processo licitatório;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo responsável pela sua elaboração;
- c) Conduzir a sessão pública na internet;
- d) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) Dirigir a etapa de lances;
- f) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) Analisar a admissibilidade dos recursos, podendo, em tal caso, exercer o juízo de retratação no prazo de 03 (três) dias úteis (§ 2º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), findo o qual deverá encaminhar o recurso, devidamente instruído, à deliberação da autoridade superior;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- j) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- k) Encaminhar à equipe de apoio os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;
- l) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação, homologação e confecções de atas ou contratos administrativos.

4.4. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros agentes públicos, de setores da entidade ou dos entes federados consorciados, a fim de subsidiar sua decisão.

4.5. O pregoeiro substituto suprirá as faltas, impedimentos e/ou afastamentos, permanentes, temporários ou eventuais, do pregoeiro titular, com as mesmas atribuições previstas neste item.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

5.1. Decairá do direito de pedir esclarecimento ou impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer em até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, cabendo ao órgão gerenciador respondê-lo em até **03 (três) dias úteis** contados do recebimento do pedido (limitado ao último dia útil anterior à data da abertura), podendo ser auxiliado pela comissão técnica instituída pelo CONSAÚDE para o objeto ora licitado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

5.2. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação ao edital deverão ser encaminhados EXCLUSIVAMENTE através da plataforma eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br, NÃO sendo aceitos pedidos encaminhados via endereço eletrônico (e-mail).

5.3. Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido (na mesma forma de divulgação inicial), exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

5.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações serão divulgadas na plataforma eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br e no site oficial do CONSAÚDE (<https://www.consaude.org.br/>).

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, cadastradas no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital, seus anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

6.2. Como requisito para participação no pregão, a empresa deverá possuir cadastro junto a plataforma eletrônica que será realizado o certame, bem como, em campo próprio do sistema, **deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação** e, que sua proposta está em conformidade com os termos do edital e seus anexos.

6.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

6.4. Não poderão disputar licitação direta ou indiretamente:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos **05 (cinco) anos** anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.5. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

6.5.1. Que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.5.2. Agente público do órgão licitante, nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

6.5.3. Entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

6.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.7. A não observância das vedações desta cláusula e das demais dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita as penalidades cabíveis.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do usuário, obtidas junto ao sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, do Portal de Compras públicas.

7.2. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto a plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere as regras dos editais que escolher participar.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **Portal de Compras públicas** ou ao CONSAÚDE a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.5. O CONSAÚDE está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema, ficando a cargo do licitante vencedor do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

estabelecidos com a provedora do sistema, equivalentes aos percentuais estabelecidos pela mesma sobre o valor contratual ajustado entre as partes (Licitante / **Portal de Compras Públicas**), a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.

7.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7. A licitação será conduzida pelo Pregoeiro do CONSAÚDE - SP, com apoio técnico e operacional da plataforma **Portal de Compras públicas**, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

7.8. Os interessados em se credenciar na plataforma Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

8.1. A proposta de preços deverá ser cadastrada exclusivamente, por meio da plataforma eletrônica (www.portaldecompraspublicas.com.br), até a data e horário estabelecidos neste edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema. Após o início da sessão pública não caberá desistência da proposta ofertada, sob pena das sanções previstas neste Edital.

8.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

a) Preço unitário do item ofertado expresso em reais, com no máximo **02 (duas) casas decimais após a vírgula**;

b) Marca/fabricante;

c) Quantidade;

d) Prazo de validade da proposta, não inferior a **90 (noventa) dias consecutivos**, contados da data de sua apresentação;

8.3.1. Poderão ser juntado, ainda, catálogos, prospectos, manuais, etc., que comprovem que o produto ofertado atende as especificações do edital.

8.3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3.3. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

8.4. A empresa proponente deverá observar rigorosamente a descrição e a unidade de fornecimento do objeto, tendo que, este estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas neste edital.

8.5. Nos preços propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.6. Os preços ofertados, tanto na proposta quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.9. Verificando-se no curso da análise das propostas o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada e a proponente estará sujeita as sanções previstas neste edital.

8.9.1. Em caso de desclassificação da proposta, esta será fundamentada e registrada na plataforma eletrônica, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.10. A licitante deverá **declarar**, em campo próprio da plataforma eletrônica, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

8.11. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para fins de usufruir dos benefícios da respectiva legislação.

8.11.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "NÃO" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.11.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva, para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "NÃO" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.11.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

8.12. O licitante que cadastrar sua proposta de preços terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a Transação, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

8.13. Fica vedada a identificação da empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da empresa licitante.

8.14. A apresentação de proposta implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além do dever de cumpri-las.

8.15. Havendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos e por extenso, serão considerados estes últimos.

8.16. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes Convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br) do Portal de Compras Públicas na data, horário e local indicado neste Edital.

9.2. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. Caberá ao licitante interessado em participar, da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema do Portal de Compras Públicas qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data e hora marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido pelo Edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

10. DA FASE DE LANCES

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário, com até **02 (duas) casas decimais (0,00)**.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.3.1. Os itens poderão ser disponibilizados por grupo, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.

10.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de **1% (um por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.5. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

10.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração após o encerramento da fase de lances.

10.7. Durante o modo de disputa aberto, se algum licitante de forma equivocada, ofertar um lance com valor Inexequível ou inconsistente, poderá solicitar o cancelamento deste, em campo próprio na plataforma eletrônica, sendo analisado pelo pregoeiro o seu deferimento.

10.7.1. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

10.8. O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

10.8.1. Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

10.9. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

10.10. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

11. MODO DE DISPUTA

11.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

11.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, por isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.10. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

12. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1. Encerrado o prazo disposto no **item 11** deste edital, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores, conforme segue:

12.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem até **5% (cinco por cento)** superiores à primeira classificada.

Parágrafo Único. O disposto no subitem acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.1.2. Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de 05 (cinco) minutos, situação em que passará a condição de primeira colocada;

12.1.3. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, serão convocadas as remanescentes que porventura

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

também se enquadrem na hipótese do **Item 12.1.1.**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

12.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no **subitem 12.1.1.** será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.1.5. Quando não houver nova proposta de preços nos termos previstos nos **itens 12.1.2. e 12.1.3.**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar, desde que, atendam as demais exigências dispostas neste edital.

12.2. Somente terão direito aos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006 as empresas que a declararem no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

13. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E DA PROPOSTA

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para o registro de preços, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido neste edital.

13.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes, registrado no sistema e anexado aos autos do processo licitatório.

13.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 02 (duas) horas**, após o último lance ofertado ou após a negociação realizada, envie proposta e os documentos de habilitação, dentro do mesmo prazo, sendo este o mesmo prazo que consta disposto no item **16.1.** A proposta deverá conter, no mínimo **(MODELO ANEXO I)**:

- a) Nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- b) Preços propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- c) Especificação do produto - de cada item arrematado, de acordo com o Anexo I do Termo de Referência;
- d) Marca/modelo - de cada item arrematado;
- e) Quantidade;
- f) Preço unitário e preço total de cada item ofertado expresso em reais, com no máximo **02 (duas) casas decimais após a virgula**;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

Dados bancários, dados do representante legal, conforme modelo **(MODELO ANEXO II)**

13.5.1. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

13.5.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.6. Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme previsto no art. 14 da lei 14.133/2021, atende às condições de participação no certame quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou o futuro registro, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

14.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes.cgu.gov.br/>. Consulta Licitantes Inidôneos – mantido pelo Tribunal de Contas da União e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

14.1.3. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, quando houver o respectivo registro cadastral, conforme consta no **item 16.3**.

14.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, na forma dos artigos 14 e 160 da Lei 14.133/2021.

14.4. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.5. Será considerado inabilitado, o licitante acerca do qual for constada a sanção de impedimento de licitar e/ou contratar aplicada pelo CONSAÚDE, no prazo de sua duração, mas também quando a mesma for aplicada pelos seus municípios consorciados, bem como a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar aplicada por qualquer ente público, enquanto perdurar sua vigência.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

14.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

14.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para o registro de preços neste Edital e em seus anexos.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços razoáveis praticados no mercado, coerente com a execução do objeto ora licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

15.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.2.1. Contiver vícios insanáveis;

15.2.2. Apresentar desconformidade com qualquer exigência deste Edital e seus anexos.

15.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para o registro de preços;

15.3. Se houver indícios de que a proposta de preço apresentada seja inexequível, o pregoeiro determinará ao licitante que comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

15.3.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

15.3.2. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

15.3.3. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

15.4. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.

15.4.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

15.5. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

15.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

15.7. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

15.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

15.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

15.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

15.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

15.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

15.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

15.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

16. DA FASE DA HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, juntamente com a proposta readequada conforme disposto no item 13.5.

16.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores).

16.2.1. Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados no Sicafe, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo previsto no **item 16.1.**, contado da solicitação do pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

16.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

16.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.5. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.6. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

16.7. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

16.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, e, sendo o caso, por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, traduzidos por tradutor juramentado.

16.9. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, realizar diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

16.10. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados via plataforma eletrônica, em formato digital, da via original ou cópia, bem como por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

16.11. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiver dispensada da apresentação de determinado documento de habilitação, deverá apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

16.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

17. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Artigo 66 da Lei Federal Nº 14.133/2021)

17.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

17.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

17.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

17.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

17.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

17.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

17.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18. Qualificação técnica (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

18.1. **Alvará sanitário para o funcionamento do estabelecimento**, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado (VIGENTE) ou documento comprobatório de isenção.

18.2. **Autorização para o funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Atualizada)**; No caso de renovação, e esta não houver sido deferida, tempestivamente, deverá ser apresentado o protocolo do pedido, formulado no prazo, acompanhado da autorização anterior

19. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021)

19.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

19.2. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Dívida Ativa da União (DAU), mediante apresentação da **Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) Conjunta de Débitos** relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida em conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (FB);

19.3. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da **Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais**, expedida pelo órgão competente.

19.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da **Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais**, expedida pelo órgão competente

19.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação **do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**, expedida pelo órgão competente.

19.6. Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva com Efeitos de Negativa**, expedida pelo órgão competente.

19.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

19.8. Conforme rege a Lei Complementar nº 155/2016, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo quando houver irregularidade.

19.9. As microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão apresentar (além da documentação disposta no item 19.1), os seguintes documentos:

- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até 06 (seis) meses da data da proposta.
- b) Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte **(MODELO VI)**.
- c) Declaração de que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. **(MODELO V)**.

19.9.1. Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar nº 155/2017, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da declaração do proponente como vencedor, prorrogável por igual período, a critério do pregoeiro, para a regularização mediante pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

19.9.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria.

20. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA (Artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021)

20.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias da apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade.

20.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.

20.3. Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

21. OUTRAS COMPROVAÇÕES

21.1. O licitante deverá **declarar/ anexar**, em campo próprio da plataforma eletrônica, que:

a) Que concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Declaração da proponente de que, não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

ou com agente público até o terceiro grau, conforme § 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme **MODELO IV**.

g) Declaração que até o presente momento data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.

h) Declaração da proponente contendo os dados bancários, dados do representante legal, endereço eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento da Ata de Registro de Preços, e-mail o qual será destinado as autorizações de fornecimento/ordens de compra/empenhos, conforme **MODELO II**.

21.1.1. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

21.1.2. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

21.1.2.1. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;

22. DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL

22.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, **manifestar sua intenção de recorrer**, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

22.2. O prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

22.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.4. As razões e contrarrazões serão recebidas **EXCLUSIVAMENTE** por meio de campo próprio no Sistema do Portal de Compras Públicas.

22.5. Não serão aceitos recursos ou contrarrazões após o prazo definido pelo pregoeiro ou ainda aqueles encaminhados via endereço eletrônico (e-mail).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

22.6. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

22.7. Não serão aceitos recursos ou contrarrazões após o prazo definido pelo pregoeiro ou ainda aqueles encaminhados via endereço eletrônico (e-mail).

22.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Único. A falta de manifestação na sessão pública importará decadência do direito de recurso.

22.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

23. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

23.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente adjudicará o objeto e homologará a licitação, salvo se:

- I. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

24. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Homologado o processo licitatório e respeitada a ordem de classificação será emitida a Ata de Registro de Preços, formalizada entre o órgão gerenciador e a licitante vencedora (**modelo anexo VII**).

24.2. O órgão gerenciador convocará a licitante vencedora, **via plataforma digital 1 Doc**, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, assinar **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, contados do recebimento do chamamento, sob a pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.

- I. Ata de registro de preços deverá ser assinada eletronicamente via plataforma digital 1 Doc. E também poderá ser assinada no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil;
- II. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as marcas, respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

III. O prazo poderá ser prorrogado por uma vez e igual período, quando solicitado pelo fornecedor, devidamente justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

IV. É facultado ao órgão gerenciador, quando a licitante convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

V. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido ensejará a aplicação das penalidades constantes neste edital.

24.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão, nesta oportunidade, comprovar que eventuais restrições de suas regularidades fiscais já foram superadas, com a apresentação dos documentos até então incompletos e/ou vencidos.

24.4. Fica reservado o direito de a Administração verificar, antes da assinatura da Ata ou documento equivalente, se o adjudicatário incorre em penalidades nos termos da Lei 14.133/21 as quais obstarão sua celebração.

24.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo permitido cumular com as quantidades não utilizadas.

II. A partir do início de vigência da ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a cumprir integralmente com todas as condições estabelecidas, sujeitando-se as penalidades em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas.

III. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil.

24.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos participantes do certame a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.7. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

25. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

25.1. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

25.2. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira e Litoral Sul - CONSAÚDE, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**;
- c) por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto)** dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta)** dias;
- d) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) transcorridos **30 (trinta)** dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CONSAÚDE ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade;
- g) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

25.3. O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

25.4. A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

25.5. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O órgão gerenciador poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

26.2. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador. Em eventuais pedidos de subcontratação, o detentor da ata de registro de preços, através de documento oficial, devidamente justificado, deverá apresentar ao Consórcio, documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado para apreciação.

26.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

26.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na plataforma eletrônica Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e no sítio eletrônico oficial do CONSAÚDE (www.consaude.org.br).

26.6. Detalhes não citados referentes ao fornecimento do objeto, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

26.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá deste Edital.

26.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, as partes elegem o Foro da Comarca de Pariquera – Açu/SP, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

26.12. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06 e Decretos nº 006/2024, nº 007/2024 do CONSAÚDE.

26.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, na Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), no sítio oficial www.consaude.org.br e na plataforma eletrônico do pregão www.portaldecompraspublicas.com.br.

26.14. Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Proposta Readequada;

Anexo II – Declaração de dados bancários e dados dos responsáveis;

Anexo III - Declaração de ausência de condenação;

Anexo IV – Declaração de ausência de vínculo;

Anexo V - Declaração de Enquadramento Receita Bruta;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

Anexo VI – Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;
Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo VIII – Termo de Referência;

Pariquera-Açu / SP, 09 de outubro de 2024.

WILBER ROSSINI
DIRETOR SUPERINTENDENTE DO CONSAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

ANEXO IMODELO DE PROPOSTA READEQUADA
(USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2024

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

Nº INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

FONE: E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

Item	U N id	Qte	Especificação	Registro Anvisa	M A R C a	M O D E L O	Qte Embalagem entregue	Vrl Unit	VrL Total

Declaramos que nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

Validade da Proposta: 90 dias.

_____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura
Representante legal da empresa/Procurador

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**ANEXO II****PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024****"REGISTRO DE PREÇOS"****MODELO DE DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS E DADOS DOS RESPONSÁVEIS**

A empresa _____, CNPJ sob nº _____, com sede na _____, DECLARA sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os dados bancários e dados dos responsáveis, conforme segue:

1. Dados Bancários:

Nome do Banco:

Cidade:

Nº da Agência:

Nº da Conta Corrente:

Chave Pix:

2. Dados do Representante Legal – Responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome Completo:

Cargo ou Função:

Telefone para contato:

E-mail para contato:

3. Dados do Responsável pelo recebimento das autorizações de fornecimento/ordem de compra/empenhos:

Nome Completo:

Cargo ou Função:

Telefone para contato:

E-mail para contato:

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2024

Nome e Assinatura
Representante legal da empresa/Procurador

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**ANEXO III**
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____CNPJ nº _____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei Federal nº 14.133, 2021, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

_____, _____de _____de 2024

Assinatura do representante da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**ANEXO IV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024
"REGISTRO DE PREÇOS"****MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO**

A empresa _____, CNPJ _____ sob nº _____
_____, com _____ sede
na _____, **DECLARA** sob as penas da
Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial,
econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou
com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do
contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por
afinidade, até o terceiro grau.

_____, _____ de _____ de 2024.

(Nome/assinatura do representante legal)

Obs: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024
"REGISTRO DE PREÇOS"****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – RECEITA BRUTA**

A empresa _____, CNPJ _____ sob nº _____
_____, com _____ sede
na _____, DECLARA sob as penas da Lei
Federal nº 14.133, de 2021, que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de
enquadramento como microempresa no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o
previsto no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, bem
como que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados
extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de
Pequeno Porte no respectivo ano-calendário desta licitação, nos termos da legislação
supracitada.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal da proponente
Nome e CPF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica). CNPJ nº _____ é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2024 – PROCESSO Nº 7.466/2024**, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira e Litoral Sul.

Nome e Assinatura do representante da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**ANEXO VII****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL - CONSAÚDE, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 57.740490/001-80, com sede a Rua Dos Expedicionários, nº 140, município de Pariquera-Açu/SP, representado(a) por seu Diretor Superintendente, Sr. WILBER ROSSINI, nomeado pela Portaria nº 002/2024, de 02 de janeiro de 2024, portador do CPF 269.977.558-44 e da Matrícula Funcional nº 10004596, no uso das suas atribuições, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata de Registro de Preços e de outro a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, com _____, sede _____, doravante denominada FORNECEDORA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado **do julgamento do Processo Administrativo nº ____/2024 na modalidade de Pregão Eletrônico nº ____/2024**, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto nº 007/2024 do CONSAÚDE e pelos termos do edital, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

- 1.1 A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE MOBILIÁRIOS, DESTINADOS AO HRLB, CAR E LABORATÓRIO REGIONAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, de acordo com as condições e especificações constantes deste Edital e seus anexos.

2. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) constam no **ANEXO I** integrante desta Ata de Registro de Preços.

2.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3. DO PRAZO DE VALIDADE

- 3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

3.3. A partir do início de vigência da ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a cumprir integralmente com todas as condições estabelecidas, sujeitando-se as penalidades em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas.

3.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão participante por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil.

4. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações ou atualizações, obedecidas às disposições contidas no Decreto 007/2024, do CONSAÚDE ou outra que vier a substituir.

4.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I. convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II. convocar os demais fornecedores classificados para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.2. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

- II. não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- VI. for declarado inidôneo ou impedido de licitar ou contratar com o CONSAÚDE ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.
- VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio Público na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

4.3. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

5. DO FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento do objeto deverá ser efetuado mediante o recebimento da ordem de compra ou autorização de fornecimento ou nota de empenho ou contrato ou documento equivalente.

5.2. O prazo de entrega do objeto é de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de recebimento pelo fornecedor da nota de empenho/pedido da nota de empenho e/ou pedido, emitido pelo órgão.

5.3. Os equipamentos e materiais deverão ser entregues aos cuidados do Setor/Departamento da Segurança do Trabalho, localizado na Rua dos Expedicionários, nº 140 – Centro – Pariquera-Açu – Estado de São Paulo – CEP: 11930-000, de segunda a sexta-feira, das 08h às 16h.

5.4. Todas as despesas relativas à entrega do objeto correrão por conta exclusiva da fornecedora.

5.5. O objeto deverá ser fornecido aos órgãos solicitantes pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor registrado, correndo por conta da fornecedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, bem como, custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, nos termos de ajustamento de conduta vigentes e demais despesas que venham a surgir para a perfeita execução do objeto.

5.6. O fornecimento dar-se-á em estrita conformidade com os termos do edital e anexos, em especial o Termo de referência.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

5.7. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos subitens, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e aplicação das sanções legais previstas.

5.8. Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada órgão participante.

5.9. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou documentação técnica, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

5.10. O objeto entregue poderá ser rejeitado pelo fiscal do órgão participante, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital e seus anexos, proposta de preços ou legislações vigentes, obrigando-se a fornecedora substituí-lo no **prazo máximo de 3 (três) dias úteis** após o recebimento da comunicação oficial, sob pena de revogação da Ata de Registro de Preços e aplicação das sanções previstas neste edital.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pelos órgãos participantes após o recebimento definitivo do objeto, envio da nota fiscal eletrônica/fatura e documentos complementares (se solicitado) no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, em moeda corrente nacional, conforme ordem cronológica de pagamento de cada órgão.

6.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente de acordo com a regulamentação própria de cada órgão participante.

6.3. Os órgãos participantes não se responsabilizam pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega do objeto ora registrado, bem como se a contratada agir com imperícia no fornecimento deste.

6.4. A nota fiscal deverá ser emitida para cada órgão participante, contendo o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços, descrição completa do objeto, unidade de medida, marca, valores unitários e totais conforme a ordem de compra/autorização de fornecimento/nota de empenho emitida, dados da Agência e Conta Bancária (em nome da fornecedora) e demais informações solicitadas pelos órgãos participantes ou ainda nas legislações vigentes.

6.5. Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta, sendo responsabilidade da Fornecedor manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado a fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

6.7. Os pagamentos deverão cumprir integralmente o disposto no edital de licitação e anexos, bem como os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

7.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes dos órgãos participantes e constarão no Empenho/Autorização de Fornecimento emitida pelas Administrações Municipais.

7.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e, de transferências constitucionais e legais dos órgãos participantes do certame.

8. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**8.1. Compete ao Órgão Gerenciador:**

8.1.1. A administração e o gerenciamento da ata de registro de preços, decorrente do procedimento licitatório;

8.1.2. Decidir sobre as alterações da ata de registro de preços, reequilíbrio de preços, trocas de marcas, cancelamentos e demais ocorrências que vierem a surgir durante a vigência do procedimento licitatório;

8.1.3. Remanejamento de quantitativos entre os órgãos participantes do certame ou de estimativa adicional, conforme dispõe o edital de licitação;

8.1.4. O acompanhamento das autorizações de fornecimento até seu efetivo recebimento;

8.1.5. Eventuais notificações por atraso de fornecimento ou objeto fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela fornecedora;

8.1.6. Abertura de processo administrativo sancionatório, quando for o caso.

8.2. Compete aos Órgãos Participantes:

8.2.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações editalícias;

8.2.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, desde que atendidas às obrigações editalícias;

8.2.3. Rejeitar, em todo ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela fornecedora;

8.2.4. Fiscalizar o fornecimento do objeto ora contratado.

8.3. Compete a Contratada/Detentora da ata de registro de preços:

8.3.1. Manter durante a vigência da ata de registro de preços, decorrente deste procedimento licitatório, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

- 8.3.2. Atender a toda a legislação federal, estadual e municipal, afeta à área;
- 8.3.3. Entregar o objeto em prazo não superior ao máximo estipulado no edital e seus anexos;
- 8.3.4. Substituir, conforme termos do edital e seus anexos, às suas expensas, o objeto que não se adequar às especificações exigidas;
- 8.3.5. Assumir a responsabilidade e despesas relativas a todos os encargos previdenciários, trabalhistas, de seguros, acidentes, impostos e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o consórcio;
- 8.3.6. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao consórcio ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 8.3.7. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o fornecimento e execução do objeto;
- 8.3.8. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, dar-se-á através de documento oficial, devidamente justificado, ficando a critério do consórcio a sua aceitação;
- 8.3.9. Responder, sempre que solicitado pela contratante, os questionamentos referentes ao objeto;
- 8.3.10. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou à terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;
- 8.3.11. Comunicar por escrito à contratante qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;
- 8.3.12. Acatar a fiscalização do objeto contratado que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
- 8.3.13. Atender todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelos órgãos participantes;
- 8.3.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor;
- 8.3.15. Fornecer o objeto constante na ordem de compra/autorização de fornecimento/nota de empenho/contrato ou documento equivalente emitida dentro do

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

prazo de validade da ata de registro de preços, mesmo se a entrega ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

9. DA RESCISÃO CONTRATUAL E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

a) advertência;

b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira e Litoral Sul - CONSAÚDE, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.

c) por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto)** dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta)** dias;

d) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;

e) transcorridos **30 (trinta)** dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

f) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CONSAÚDE ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade;

g) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.3. O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.4. A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.5. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**10. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

10.1. As partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida lei e demais legislações aplicáveis.

10.2. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações do órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

10.3. As partes, por si, seus empregados, prepostos, representantes, afiliadas e terceiros envolvidos na execução desta Ata de Registro de Preços, comprometem-se a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos dados pessoais durante a vigência deste instrumento e mesmo após o seu término.

11. DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1. A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº_____/_____, Pregão, na Forma Eletrônica Nº_____/_____, Registro de Preços, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira e litoral Sul – CONSAÚDE, Órgão Gerenciador.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pariquera – Açu/ SP para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

12.2. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata

Anexo I – Preço, Especificação, Quantidade;

WILBER ROSSINI

DIRETOR SUPERINTENDENTE DO CONSAÚDE

Assinatura da Fornecedora

(Nome da Fornecedora)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

**ANEXO I - ATA
PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL- CONSAÚDE

CNPJ: 57.740.490/0001-80

CONTRATADA: _____

CNPJ nº _____

ARP Nº ____/2025

VIGÊNCIA: ____/____/2025 À ____/____/2026

VALOR: R\$ _____ (_____).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MOBILIÁRIOS, DESTINADOS AO HRLB, CAR E LABORATÓRIO REGIONAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, de acordo com as condições e especificações constantes deste Edital e seus anexos.

ADVOGADO: GABRIEL OLIVEIRA MAGALHÃES OAB/SP 405.341 E- mail: procuradorjuridico@consaude.org.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo,
- d) em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- e) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa;
- f) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024

- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Pariquera-Açu, ____de _____de 2025.

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO:

Nome: WILBER ROSSINI

Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

CPF: 269.977.558-44

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**Pela contratante:**

Nome: WILBER ROSSINI

Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

CPF: 269.977.558-44

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: RESPONSÁVEL LEGAL

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: WILBER ROSSINI

Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

CPF: 269.977.558-44

Assinatura: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - PROCESSO Nº 5.729 /2024**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL- CONSAÚDE
CNPJ: 57.740.490/0001-80

CONTRATADA: _____
CNPJ nº _____

ARP Nº ____/2025
VIGÊNCIA: ____/____/2025 À ____/____/2026
VALOR: R\$ ____ (____).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MOBILIÁRIOS, DESTINADOS AO HRLB, CAR E LABORATÓRIO REGIONAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, de acordo com as condições e especificações constantes deste Edital e seus anexos.

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	JUCILAINE DE ALMEIDA SILVA PASSOS
Cargo	Diretora Administrativa
Endereço Comercial do Órgão/Setor	Rua Pedro Bonne, 508 Centro Pariqueira-Açu/SP
Telefone	(13) 3856-9600 Ramal 9619
E-mail	diradm@consaude.org.br

Pariqueira-Açu, ____ de _____ de 2025.

JUCILAINE DE ALMEIDA SILVA PASSOS
Diretora Administrativa
Consaúde

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

Setor de Segurança do Trabalho – SESMT

[Processo Administrativo nº 5.729 /2024]

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A aquisição de materiais de mobiliário, visa garantir proteção a saúde e integridade ergonômica dos trabalhadores, auxiliando na prevenção de doenças do trabalho, bem como dispor de novos mobiliários para atender o crescente número de colaboradores, assim como no cumprimento das Normas Regulamentadoras, Legislação Trabalhista e Previdenciária, nos termos do Anexos contantes neste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O material e quantitativo atribuídos no **ANEXO A – UNIDADE HRLB** compreendem o conjunto de itens destinados para aquisição específica da unidade Hospital Regional Leopoldo Bevilacqua, localizado na Rua dos Expedicionários, 140 – Pariquera-açu / São Paulo.

1.3. O material e quantitativo atribuídos no **ANEXO B – UNIDADE CAR** compreendem o conjunto de itens destinados para aquisição específica da unidade Complexo Ambulatorial Regional – CAR, localizado na Rua Cap. João Pocci, 184, Registro / São Paulo.

1.4. O material e quantitativo atribuídos no **ANEXO C – UNIDADE LABORATÓRIO REGIONAL** compreendem o conjunto de itens destinados para aquisição específica da unidade Laboratório Regional, localizado na Rua Guanabara, 157 – Registro / São Paulo.

1.5. Os bens desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. Prazo de vigência

2.1. O prazo da ata de registro de preço terá vigência de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da lei 14133/21.

2.2. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

2.3. O contrato decorrente da ata de registro de preço terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual [2025] por não estar elaborado por ser facultativo, nos termos da Lei 14133/21.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

4.1. A aquisição de materiais de mobiliário traz uma série de benefícios que impactam positivamente na ergonomia, na preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores tanto nos aspectos operacionais da instituição, como das obrigações trabalhistas.

4.2. A disponibilidade de materiais de mobiliário de alta qualidade e fabricados conforme normas vigentes, contribui diretamente para a proteção da saúde e integridade física dos trabalhadores, prevenindo doenças ocupacionais e garantindo a segurança dos trabalhadores, a fim de cumprir-se normas e disposições específicas de segurança do trabalho, evitando passivos trabalhistas e multas durante fiscalizações.

4.3. Destarte, a busca constante pela excelência na proteção à integridade física e ergonômica dos trabalhadores, apoiada pela aquisição de mobiliário de ponta, fortalece a reputação do CONSAÚDE como uma instituição comprometida com a qualidade e inovação na execução dos serviços internos, e consecutivamente na prestação de serviços de saúde.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1 Que não interfira na integridade, resistência e durabilidade, tendo em vista a fabricação e aprovação do Certificado de Aprovação, deveram ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; e

5.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; e

5.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

5.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e

5.1.5 Que a empresa não esteja inserida no “Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas á de Escravo” publicada pela Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e

5.1.6 Que os bens apresentem maior vida útil possível, menor custo de manutenção do bem e da obra, tendo em vista os critérios do ensaio para obtenção do Certificado de Aprovação (C.A.); e

5.1.7 Que apresente origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

Da exigência de amostra

5.2 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo com especificações detalhas, em caso de existirem dúvidas ou ausência de informações, deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

5.3 Serão exigidas catálogo técnico e amostras dos seguintes itens:

6

ITEM	DESCRIÇÃO	CATALAGO	AMOSTRA
1	Cadeira caixa estofada sem braço	Sim	Sim
2	Cadeira fixa em polipropileno 4 pés – estrutura de aço	Sim	Não
3	Cadeira giratória estofada com braço	Sim	Sim
4	Cadeira giratória estofada sem braço	Sim	Sim
5	Cadeira tipo mocho	Sim	Sim
6	Gaveteiro quatro gavetas padrão	Sim	Não
7	Longarina 4 lugares	Sim	Não
8	Mesa de trabalho L	Sim	Não
9	Mesa de Trabalho Padrão	Sim	Não
10	Poltrona reclinável com otomano integrado	Sim	Não
11	PRATELEIRA DE AÇO C/ 7 BANDEJAS - 2,80 ALT X 0,42 LARG	Sim	Sim

6.2 As amostras poderão ser entregues no endereço do Almoxarifado central – Rua Pedro Bonne nº 508 - Pariquera-Açu – Estado de São Paulo – CEP: 11930-000, de segunda a sexta-feira, das 08h às 16h, no prazo limite de 15 dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

6.3 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

6.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

6.5 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.5.1 *Compatibilidade com a especificação fornecida;*

6.5.2 *Atendimento as Normas de Fabricação;*

6.5.3 *Laudos ergonômico;*

6.5.4 *Maior vida útil possível e menor custo de manutenção do bem;*

6.6 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.7 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

6.8 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.9 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.10 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

SUBCONTRATAÇÃO

6.11 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.12 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Pedido com as respectivas quantidades juntamente com a Empenho, em remessa única.

6.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 04 (quatro) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3 Os bens deverão ser entregues aos cuidados do Setor/Departamento da Segurança do Trabalho, localizado na Rua dos Expedicionários, nº 140 – Centro – Pariquera-Açu – Estado de São Paulo – CEP: 11930-000, de segunda a sexta-feira, das 08h às 16h.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.4 O prazo de garantia será de 24 meses, contados a partir da data de entrega definitiva e aceitação formal pela administração. Durante o período de garantia, o contratado se compromete a reparar, corrigir, remover ou substituir, sem qualquer ônus adicional para a administração, os defeitos ou vícios verificados nos mobiliários.

6.5 A garantia se aplica a todos os itens fornecidos e cobrirá todos os defeitos de fabricação, materiais ou mão de obra, além de falhas decorrentes do não atendimento às especificações técnicas estabelecidas no contrato. Em caso de descumprimento das obrigações de garantia, a administração poderá proceder à execução da garantia prestada ou à aplicação de penalidades cabíveis, conforme previsto no contrato e na legislação vigente.

6.6 Além da garantia aqui estabelecida, permanecem válidos os prazos de garantia legal previstos no Código de Defesa do Consumidor, naquilo que forem aplicáveis, considerando o benefício mais vantajoso ao contratante

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o CONSAÚDE e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O CONSAÚDE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONSAÚDE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º,)

7.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

7.15 Gestor do Contrato

7.16 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.20 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (

7.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (DEZ), a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (CINCO) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

8.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1 o prazo de validade;

8.11.2 a data da emissão;

8.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5 o valor a pagar; e

8.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.16 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-SP FIPE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA E FORNECIMENTO:

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de

outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.24 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.25.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.25.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.28 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.32.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.32.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.32.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.32.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.32.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.32.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões

seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.32.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1 O custo total estimado da contratação, por item, será apurado e indicado no Processo Administrativo, após a cotação direta com fornecedores locais, considerando maior interesse da administração pública, bem como por meio de pesquisa de preços realizada na plataforma Banco de Preços, em conformidade com o art. 4º do Decreto 05/2024 do CONSAÚDE.

10.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.6 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA:

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12 RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA - TR

Pariquera-Açu/SP, 17/01/2025.

Reginaldo A. Weissenberg Batista
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA-SP - 5070667280
Setor de Segurança do Trabalho - SESMT

13 ANEXO A – UNIDADE HRLB

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIPTIVOS TÉCNICO	CÓDIGO MV	BENEFICIADO	QTD. PARCIAL	QTD. TOTAL	UND
1	Cadeira caixa estofada sem braço	CADEIRA CAIXA; COM ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA, CONCHA DUPLA; REVESTIMENTO EM COURO SINTÉTICO; NA COR PRETA; COM DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M3; SEM BRAÇO; ASSENTO MEDINDO APROXIMADAMENTE (460 X 460) MM, COM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS; ENCOSTO MEDINDO APROXIMADAMENTE (120 X 390) MM, COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE (BACK SYSTEM); BASE COM 5 PATAS COM RODÍZIO, SEM ARO; COM CAPA INJETADA EM POLIPROPILENO NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	16269	HRLB	55	55	unidade
2	Cadeira fixa em polipropileno 4 pés – estrutura de aço	CADEIRA FIXA; CONCHA DUPLA, SEM VAO ENTRE ENCOSTO E ASSENTO; COM ENCOSTO E ASSENTO EM MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA, MOLDADA ANATOMICAMENTE; ESPESSURA MÍNIMA DE 10,5MM; REVESTIDO EM COURO SINTÉTICO; NA COR PRETA; COM BORDAS ARREDONDADAS; ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M3; COM BRAÇOS FIXOS; ESPALDAR MÉDIO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO (470 X 620)MM; COM ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO (465 X 470)MM; COM ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR; BASE 04 PATAS (PÉS); ACABAMENTO CROMADO; NA COR NATURAL DO AÇO; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NBR 13962 E NR-17;	17545	HRLB	220	220	unidade
3	Cadeira giratória estofada com braço	CADEIRA GIRATORIA; CONCHA DUPLA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA; ESPESSURA MÍNIMA DE 12MM; REVESTIDOS EM COURO SINTÉTICO; NA COR PRETA; ACABAMENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO NO CONTRA ENCOSTO; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADA INJETADA COM NO MÍNIMO 50MM DE ESPESSURA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45 KG/M3 E 50KG/M3, RESPECTIVAMENTE; ESPALDAR BAIXO; COM ENCOSTO	16034	HRLB	398	398	unidade

		MEDINDO NO MINIMO (305LARG.X 240ALT.)MM; E ASSENTO MEDINDO NO MINIMO (400LARG.X 380PROF.)MM; COM BRACOS EM ESTRUTURA INTERNA EM ACO; COM ALTURA REGULAVEL; REGULAGEM DE ALTURA E DE INCLINACAO,COM MECANISMO DE FLUTUACAO PARA O ENCOSTO; E REGULAGEM PNEUMATICO (A GAS) DE ALTURA PARA O ASSENTO; TUBO CENTRAL EM ACO SAE 1010; COM PROTECAO EM CAPA TELESCOPICA EM POLIPROPILENO INJETADO; BASE FORMADA POR 05 PATAS COM RODIZIOS DUPLOS DE NYLON; BASE EM ACO; COM PINTURA ELETROSTATICA EM TINTA EPOXI PO; NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT 13962/06 E NR-17;					
4	Cadeira giratória estofada sem braço	CADEIRA GIRATORIA; CONCHA DUPLA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA; ESPESSURA MINIMA DE 12MM; REVESTIDOS EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; ACABAMENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO NO CONTRA ENCOSTO; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADA INJETADA COM NO MINIMO 50MM DE ESPESSURA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45KG/M3 E 50KG/M3,RESPECTIVAMENTE; ESPALDAR BAIXO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MINIMO (305 LARG. X 240 ALT.)MM; E ASSENTO MEDINDO NO MINIMO (400 LARG. X 380 PROF.)MM; SEM BRACOS; REGULAGEM DE ALTURA E DE INCLINACAO,COM MECANISMO DE FLUTUACAO PARA O ENCOSTO; E REGULAGEM PNEUMATICO(A GAS)DE ALTURA PARA O ASSENTO; TUBO CENTRAL EM ACO SAE 1010; COM PROTECAO EM CAPA TELESCOPICA EM POLIPROPILENO INJETADO; BASE FORMADA POR 05 PATAS COM RODIZIOS DUPLOS DE NYLON; BASE EM ACO; COM PINTURA ELETROSTATICA EM TINTA EPOXI PO; NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT 13962 E NR-17;	16035	HRLB	110	110	unidade
5	Cadeira tipo mocho	CADEIRA TIPO MOCHO, DE AÇO, REVESTIDO COM COURVIM, COM ESTRUTURA DE AÇO, ASSENTO NO FORMATO REDONDO COM 36 CM DE DIÂMETRO; MEDINDO 39 X 11 CM (LARGURA X ALTURA) COM ALTURA E INCLINAÇÃO DE ENCOSTO; COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA; NA COR PRETA; COM CONCHA DUPLA, SEM BRAÇOS, GIRATÓRIO, COM RODÍZIOS. COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM A NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	13964	HRLB	25	25	unidade

6	Gaveteiro quatro gavetas padrão	GAVETEIRO P/ESCRITÓRIO; EM MDF MACIÇO, DURATEX; TAMPO COM 4 CANTOS ARREDONDADOS, CORPO, LATERAIS E FRENTES DE GAVETAS EM MDF 25 MM; REVESTIMENTO EXTERNO DE LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO DE NO MÍNIMO 0,6MM DE ESPESSURA; NA COR BRANCA; COM ESTRUTURA DO TAMPO EM MDF 25MM MACIÇO E RODINHAS DE SILICONE; MEDINDO A60 X L40 X P50 CM; TIPO VOLANTE; CONTENDO 4 GAVETAS ; BORDAS DO GAVETEIRO SUPERIOR E INFERIOR LEVEMENTE ARREDONDADAS EM 90°; DESLIZANDO CORREDIÇA TElescópica 50MM; COM PUXADOR ALUMÍNIO FOSCO SP-047L PARA 25 MM BARRA; COM UMA FECHADURA; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES;	17544	HRLB	55	55	unidade
7	Longarina 4 lugares	LONGARINA QUATRO LUGARES, CONCHA DUPLA INJETADAS EM POLIPROPILENO NA COR PRETA, ESTRUTURA TUDO, DUPLO METALON 50X30 ESPESSURA 1,90CM PINTURA EPÓXI NA COR CINZA	13967	HRLB	45	45	unidade
8	Mesa de trabalho L	MESA DE TRABALHO; TAMPO EM MDP 25MM COM ACABAMENTO EM FITA PVC 2 MM E PERFILMACICO ERGOSOFT 180°; MELAMÍNICO; PERFIL PVC; NO FORMATO EM " L "; MEDINDO 1,60 X 1,60 X 0,60 M; 25MM; NA ALTURA DE 75CM; ESTRUTURA EM MDP; PAINEL FRONTAL: EM MDP 18MM COM ACABAMENTO EM FITAPVC 1MM; MDP; ESPESS. ESTRUT. 25MM; MELAMÍNICO; NA COR CARVALHO ITAPUA; SEM GAVETEIRO; PES PAINEL: INFERIORES EM MDP 25MM COM ACABAMENTO EM FITA PVC 2MM E SAPATAS NIVELADORAS 1/4 POL; 18MM PE CENTRAL: INFERIOR EM MDP 25 E 18MM COM ACAB.EM FITA COM Furos PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO; COM GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT E NBR VIGENTE;	17543	HRLB	65	65	unidade
9	Mesa de Trabalho Padrão	ESTAÇÃO DE TRABALHO; CONTENDO MESA RETA; SEM DIVISÓRIA; MEDINDO 500 X 1400 X 750 MM (L X C X H); COM TAMPO ÚNICO; CONFECCIONADO EM MDF; MEDINDO 500 X 1400 MM (L X C X H); ESPESSURA 25 MM COM ENCABEÇAMENTO DE 25 MM, TOTALIZANDO 50 MM; MESA COM ALTURA 750 MM; TEMPO REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO; PADRÃO MADEIRADO; POSTFORMING 180° NA FACE FRONTAL E FITA ABS NA FACE POSTERIOR; ESTRUTURA EM METALON PERFIL RETANGULAR 50 X 30 MM; MEDINDO 1400 X 500 MM; METÁLICA; COM ESPESSURA DE 2 MM; SEM ELETROCALHAS; ACABAMENTO DA ESTRUTURA EM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PO; ESTRUTURA NA COR PRETA; SEM GAVETEIRO; COM GARANTIA DE NO	17542	HRLB	90	90	unidade

		MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NR-17 ERGONOMIA E NBR 13961 E 13966;					
10	Poltrona reclinável com otomano integrado	POLTRONA RECLINÁVEL EM 3 POSIÇÕES, COM TRAVA, ESTRUTURA CONSTRUÍDA EM TUBOS DE 1 ¼" X 1,06 MM PINTADO. ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA, REVESTIDO COM ESPUMA DE 3 CM. DESCANSA PÉS INTEGRADO COM REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DE CREMALHEIRA. APOIO DE BRAÇOS ESTOFADO COM BRAÇADEIRA PARA COLETA. PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA. DIMENSÕES: ENCOSTO 0,78M X 0,54M; ASSENTO 0,56M X 0,54M X 35M DE ALTURA E DESCANSA PÉS 0,54M X 0,38M. COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM A NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	16255	HRLB	40	40	unidade
11	PRATELEIRA DE ARQUIVO PDE AÇO	PRATELEIRA DE AÇO ALTURA 2,60M, LARGURA 0,92M, PROF. 0,43M - COLUNA CHAPA 14 - BANDEJAS CHAPA 22. DESMONTAVEL. ABERTA NAS LATERAIS E NO FUNDO. SETE BANDEJAS TIPO ALMOFADA MEDINDO 920 MM X 430 MM. ESTANTE DESMONTAVEL DE AÇO; TIPO ABERTA NOS FUNDOS E NAS LATERAIS; COM 07 PRATELEIRAS; NA ALTURA DE 2600MM; COM PRATELEIRAS DE (920X430)MM=(LXP); PARA SUPORTAR CARGA UTIL DE NO MÍNIMO 100KG POR PRATELEIRA; FIXAÇÃO POR PARAFUSOS; COM ESPESSURA MINIMA DE 0,79MM (CHAPA N.22); COLUNAS EM FORMATO L, DE (38X38)MM, ESPESSURA MINIMA DE 1,98MM (CHAPA N.14), COM REFORÇO OMEGA; COM REFORÇOS EM X NAS LATERAIS E NOS FUNDOS; TRATAMENTO ANTIFERRUGEM E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA COM TINTA PO; NA COR CINZA; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES;	15406	HRLB	90	90	unidade

14 ANEXO B – UNIDADE CAR

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIPTIVOS TÉCNICO	CÓDIGO MV	BENEFICIADO	QTD. PARCIAL	QTD. TOTAL	UND
------	-----------	----------------------	-----------	-------------	--------------	------------	-----

1	Cadeira caixa estofada sem braço	CADEIRA CAIXA; COM ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA, CONCHA DUPLA; REVESTIMENTO EM COURO SINTÉTICO; NA COR PRETA; COM DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M3; SEM BRAÇO; ASSENTO MEDINDO APROXIMADAMENTE (460 X 460) MM, COM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS; ENCOSTO MEDINDO APROXIMADAMENTE (120 X 390) MM, COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE (BACK SYSTEM); BASE COM 5 PATAS COM RODÍZIO, SEM ARO; COM CAPA INJETADA EM POLIPROPILENO NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	16269	CAR	14	14	unidade
2	Cadeira fixa em polipropileno 4 pés – estrutura de aço	CADEIRA FIXA; CONCHA DUPLA, SEM VAO ENTRE ENCOSTO E ASSENTO; COM ENCOSTO E ASSENTO EM MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA, MOLDADA ANATOMICAMENTE; ESPESSURA MÍNIMA DE 10,5MM; REVESTIDO EM COURO SINTÉTICO; NA COR PRETA; COM BORDAS ARREDONDADAS; ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M3; COM BRAÇOS FIXOS; ESPALDAR MÉDIO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO (470 X 620)MM; COM ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO (465 X 470)MM; COM ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR; BASE 04 PATAS (PÊS); ACABAMENTO CROMADO; NA COR NATURAL DO AÇO; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NBR 13962 E NR-17;	17545	CAR	15	15	unidade
3	Cadeira giratória estofada com braço	CADEIRA GIRATORIA; CONCHA DUPLA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA; ESPESSURA MÍNIMA DE 12MM; REVESTIDOS EM COURO SINTÉTICO; NA COR PRETA; ACABAMENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO NO CONTRA ENCOSTO; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADA INJETADA COM NO MÍNIMO 50MM DE ESPESSURA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45 KG/M3 E 50KG/M3, RESPECTIVAMENTE; ESPALDAR BAIXO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO (305LARG.X 240ALT.)MM; E ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO (400LARG.X 380PROF.)MM; COM BRACOS EM ESTRUTURA INTERNA EM AÇO; COM ALTURA REGULAVEL;	16034	CAR	38	38	unidade

		REGULAGEM DE ALTURA E DE INCLINACAO,COM MECANISMO DE FLUTUACAO PARA O ENCOSTO; E REGULAGEM PNEUMATICO (A GAS) DE ALTURA PARA O ASSENTO; TUBO CENTRAL EM ACO SAE 1010; COM PROTECAO EM CAPA TELESCOPICA EM POLIPROPILENO INJETADO; BASE FORMADA POR 05 PATAS COM RODIZIOS DUPLOS DE NYLON; BASE EM ACO; COM PINTURA ELETROSTATICA EM TINTA EPOXI PO; NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT 13962/06 E NR-17;					
4	Cadeira giratória estofada sem braço	CADEIRA GIRATORIA; CONCHA DUPLA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA; ESPESSURA MINIMA DE 12MM; REVESTIDOS EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; ACABAMENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO NO CONTRA ENCOSTO; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADA INJETADA COM NO MINIMO 50MM DE ESPESSURA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45KG/M3 E 50KG/M3,RESPECTIVAMENTE; ESPALDAR BAIXO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MINIMO (305 LARG. X 240 ALT.)MM; E ASSENTO MEDINDO NO MINIMO (400 LARG. X 380 PROF.)MM; SEM BRACOS; REGULAGEM DE ALTURA E DE INCLINACAO,COM MECANISMO DE FLUTUACAO PARA O ENCOSTO; E REGULAGEM PNEUMATICO(A GAS)DE ALTURA PARA O ASSENTO; TUBO CENTRAL EM ACO SAE 1010; COM PROTECAO EM CAPA TELESCOPICA EM POLIPROPILENO INJETADO; BASE FORMADA POR 05 PATAS COM RODIZIOS DUPLOS DE NYLON; BASE EM ACO; COM PINTURA ELETROSTATICA EM TINTA EPOXI PO; NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT 13962 E NR-17;	16035	CAR	15	15	unidade

6	Gaveteiro quatro gavetas padrão	GAVETEIRO P/ESCRITÓRIO; EM MDF MACIÇO, DURATEX; TAMPO COM 4 CANTOS ARREDONDADOS, CORPO, LATERAIS E FRENTES DE GAVETAS EM MDF 25 MM; REVESTIMENTO EXTERNO DE LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO DE NO MÍNIMO 0,6MM DE ESPESSURA; NA COR BRANCA; COM ESTRUTURA DO TAMPO EM MDF 25MM MACIÇO E RODINHAS DE SILICONE; MEDINDO A60 X L40 X P50 CM; TIPO VOLANTE; CONTENDO 4 GAVETAS ; BORDAS DO GAVETEIRO SUPERIOR E INFERIOR LEVEMENTE ARREDONDADAS EM 90°; DESLIZANDO CORREDIÇA TELESCÓPICA 50MM; COM PUXADOR ALUMÍNIO FOSCO SP-047L PARA 25 MM BARRA; COM UMA FECHADURA; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES;	17544	CAR	15	15	unidade
7	Longarina 4 lugares	LONGARINA QUATRO LUGARES, CONCHA DUPLA INJETADAS EM POLIPROPILENO NA COR PRETA, ESTRUTURA TUDO, DUPLO METALON 50X30 ESPESSURA 1,90CM PINTURA EPÓXI NA COR CINZA	13967	CAR	20	20	unidade
8	Mesa de trabalho L	MESA DE TRABALHO; TAMPO EM MDP 25MM COM ACABAMENTO EM FITA PVC 2 MM E PERFILMACICO ERGOSOFT 180°; MELAMÍNICO; PERFIL PVC; NO FORMATO EM " L "; MEDINDO 1,60 X 1,60 X 0,60 M; 25MM; NA ALTURA DE 75CM; ESTRUTURA EM MDP; PAINEL FRONTAL: EM MDP 18MM COM ACABAMENTO EM FITAPVC 1MM; MDP; ESPESS. ESTRUT. 25MM; MELAMÍNICO; NA COR CARVALHO ITAPUA; SEM GAVETEIRO; PES PAINEL: INFERIORES EM MDP 25MM COM ACABAMENTO EM FITA PVC 2MM E SAPATAS NIVELADORAS 1/4 POL; 18MM PE CENTRAL: INFERIOR EM MDP 25 E 18MM COM ACAB.EM FITA COM FUROS PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO; COM GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT E NBR VIGENTE;	17543	CAR	10	10	unidade
9	Mesa de Trabalho Padrão	ESTAÇÃO DE TRABALHO; CONTENDO MESA RETA; SEM DIVISÓRIA; MEDINDO 500 X 1400 X 750 MM (L X C X H); COM TAMPO ÚNICO; CONFECCIONADO EM MDF; MEDINDO 500 X 1400 MM (L X C X H); ESPESSURA 25 MM COM ENCABEÇAMENTO DE 25 MM, TOTALIZANDO 50 MM; MESA COM ALTURA 750 MM; TEMPO REVESTIDO	17542	CAR	10	10	unidade

		COM LAMINADO MELAMÍNICO; PADRÃO MADEIRADO; POSTFORMING 180° NA FACE FRONTAL E FITA ABS NA FACE POSTERIOR; ESTRUTURA EM METALON PERFIL RETANGULAR 50 X 30 MM; MEDINDO 1400 X 500 MM; METÁLICA; COM ESPESSURA DE 2 MM; SEM ELETROCALHAS; ACABAMENTO DA ESTRUTURA EM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PO; ESTRUTURA NA COR PRETA; SEM GAVETEIRO; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NR-17 ERGONOMIA E NBR 13961 E 13966;					
10	Poltrona reclinável com otomano integrado	POLTRONA RECLINÁVEL EM 3 POSIÇÕES, COM TRAVA, ESTRUTURA CONSTRUÍDA EM TUBOS DE 1 ¼" X 1,06 MM PINTADO. ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA, REVESTIDO COM ESPUMA DE 3 CM. DESCANSA PÉS INTEGRADO COM REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DE CREMALHEIRA. APOIO DE BRAÇOS ESTOFADO COM BRAÇADEIRA PARA COLETA. PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA. DIMENSÕES: ENCOSTO 0,78M X 0,54M; ASSENTO 0,56M X 0,54M X 35M DE ALTURA E DESCANSA PÉS 0,54M X 0,38M. COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM A NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	16255	CAR	02	02	unidade

15 ANEXO C – UNIDADE LABORATÓRIO REGIONAL

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIPTIVOS TÉCNICO	CÓDIGO MV	BENEFICIADO	QTD. PARCIAL	QTD. TOTAL	UND
1	Cadeira caixa estofada sem braço	CADEIRA CAIXA; COM ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA, CONCHA DUPLA; REVESTIMENTO EM COURO SINTÉTICO; NA COR PRETA; COM DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M3; SEM BRAÇO; ASSENTO MEDINDO APROXIMADAMENTE (460 X 460) MM, COM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS; ENCOSTO MEDINDO APROXIMADAMENTE (120 X 390) MM, COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE (BACK SYSTEM); BASE COM 5 PATAS COM RODÍZIO, SEM ARO; COM CAPA INJETADA EM POLIPROPILENO NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	16269	LAB.REGIONAL	30	30	unidade
2	Cadeira fixa em polipropileno 4 pés – estrutura de aço	CADEIRA FIXA; CONCHA DUPLA, SEM VAO ENTRE ENCOSTO E ASSENTO; COM ENCOSTO E ASSENTO EM MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA, MOLDADA ANATOMICAMENTE; ESPESSURA MÍNIMA DE 10,5MM; REVESTIDO EM COURO SINTÉTICO; NA COR PRETA; COM BORDAS ARREDONDADAS; ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M3; COM	17545	LAB.REGIONAL	20	20	unidade

		BRAÇOS FIXOS; ESPALDAR MÉDIO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO (470 X 620)MM; COM ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO (465 X 470)MM; COM ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR; BASE 04 PATAS (PÊS); ACABAMENTO CROMADO; NA COR NATURAL DO AÇO; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NBR 13962 E NR-17;					
3	Cadeira giratória estofada com braço	CADEIRA GIRATORIA; CONCHA DUPLA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA; ESPESSURA MINIMA DE 12MM; REVESTIDOS EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; ACABAMENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO NO CONTRA ENCOSTO; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADA INJETADA COM NO MINIMO 50MM DE ESPESSURA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45 KG/M3 E 50KG/M3,RESPECTIVAMENTE; ESPALDAR BAIXO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MINIMO (305LARG.X 240ALT.)MM; E ASSENTO MEDINDO NO MINIMO (400LARG.X 380PROF.)MM; COM BRACOS EM ESTRUTURA INTERNA EM ACO; COM ALTURA REGULAVEL; REGULAGEM DE ALTURA E DE INCLINACAO,COM MECANISMO DE FLUTUACAO PARA O ENCOSTO; E REGULAGEM PNEUMATICO (A GAS) DE ALTURA PARA O ASSENTO; TUBO CENTRAL EM ACO SAE 1010; COM PROTECAO EM CAPA TELESCOPICA EM POLIPROPILENO INJETADO; BASE FORMADA POR 05 PATAS COM RODIZIOS DUPLOS DE NYLON; BASE EM ACO; COM PINTURA ELETROSTATICA EM TINTA EPOXI PO; NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT 13962/06 E NR-17;	16034	LAB.REGIONAL	46	46	unidad e
4	Cadeira giratória estofada sem braço	CADEIRA GIRATORIA; CONCHA DUPLA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA; ESPESSURA MINIMA DE 12MM; REVESTIDOS EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; ACABAMENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO NO CONTRA ENCOSTO; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADA INJETADA COM NO MINIMO 50MM DE ESPESSURA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45KG/M3 E 50KG/M3,RESPECTIVAMENTE; ESPALDAR BAIXO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MINIMO (305 LARG. X 240 ALT.)MM; E ASSENTO MEDINDO NO MINIMO (400 LARG. X 380 PROF.)MM; SEM BRACOS; REGULAGEM DE ALTURA E DE INCLINACAO,COM MECANISMO DE FLUTUACAO PARA O ENCOSTO; E REGULAGEM PNEUMATICO(A GAS)DE ALTURA PARA	16035	LAB.REGIONAL	22	22	unidad e

		O ASSENTO; TUBO CENTRAL EM AÇO SAE 1010; COM PROTEÇÃO EM CAPA TELESCÓPICA EM POLIPROPILENO INJETADO; BASE FORMADA POR 05 PATAS COM RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON; BASE EM AÇO; COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPOXI PO; NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT 13962 E NR-17;					
5	Cadeira tipo mocho	CADEIRA TIPO MOCHO, DE AÇO, REVESTIDO COM COURVIM, COM ESTRUTURA DE AÇO, ASSENTO NO FORMATO REDONDO COM 36 CM DE DIÂMETRO; MEDINDO 39 X 11 CM (LARGURA X ALTURA) COM ALTURA E INCLINAÇÃO DE ENCOSTO; COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA; NA COR PRETA; COM CONCHA DUPLA, SEM BRAÇOS, GIRATÓRIO, COM RODÍZIOS. COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM A NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	13964	LAB.REGIONAL	10	10	unidade
6	Gaveteiro quatro gavetas padrão	GAVETEIRO P/ESCRITÓRIO; EM MDF MACIÇO, DURATEX; TAMPO COM 4 CANTOS ARREDONDADOS, CORPO, LATERAIS E FRENTES DE GAVETAS EM MDF 25 MM; REVESTIMENTO EXTERNO DE LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO DE NO MÍNIMO 0,6MM DE ESPESSURA; NA COR BRANCA; COM ESTRUTURA DO TAMPO EM MDF 25MM MACIÇO E RODINHAS DE SILICONE; MEDINDO A60 X L40 X P50 CM; TIPO VOLANTE; CONTENDO 4 GAVETAS ; BORDAS DO GAVETEIRO SUPERIOR E INFERIOR LEVEMENTE ARREDONDADAS EM 90°; DESLIZANDO CORREDIÇA TELESCÓPICA 50MM; COM PUXADOR ALUMÍNIO FOSCO SP-047L PARA 25 MM BARRA; COM UMA FECHADURA; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES;	17544	LAB.REGIONAL	20	20	unidade

8	Mesa de trabalho L	MESA DE TRABALHO; TAMPO EM MDP 25MM COM ACABAMENTO EM FITA PVC 2 MM E PERFILMACICO ERGOSOFT 180°; MELAMÍNICO; PERFIL PVC; NO FORMATO EM " L "; MEDINDO 1,60 X 1,60 X 0,60 M; 25MM; NA ALTURA DE 75CM; ESTRUTURA EM MDP; PAINEL FRONTAL: EM MDP 18MM COM ACABAMENTO EM FITAPVC 1MM; MDP; ESPESS. ESTRUT. 25MM; MELAMÍNICO; NA COR CARVALHO ITAPUA; SEM GAVETEIRO; PES PAINEL: INFERIORES EM MDP 25MM COM ACABAMENTO EM FITA PVC 2MM E SAPATAS NIVELADORAS 1/4 POL; 18MM PE CENTRAL: INFERIOR EM MDP 25 E 18MM COM ACAB.EM FITA COM FUROS PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO; COM GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT E NBR VIGENTE;	17543	LAB.REGIONAL	15	15	unidade
9	Mesa de Trabalho Padrão	ESTAÇÃO DE TRABALHO; CONTENDO MESA RETA; SEM DIVISÓRIA; MEDINDO 500 X 1400 X 750 MM (L X C X H); COM TAMPO ÚNICO; CONFECCIONADO EM MDF; MEDINDO 500 X 1400 MM (L X C X H); ESPESSURA 25 MM COM ENCABEÇAMENTO DE 25 MM, TOTALIZANDO 50 MM; MESA COM ALTURA 750 MM; TEMPO REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO; PADRÃO MADEIRADO; POSTFORMING 180° NA FACE FRONTAL E FITA ABS NA FACE POSTERIOR; ESTRUTURA EM METALON PERFIL RETANGULAR 50 X 30 MM; MEDINDO 1400 X 500 MM; METÁLICA; COM ESPESSURA DE 2 MM; SEM ELETROCALHAS; ACABAMENTO DA ESTRUTURA EM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PO; ESTRUTURA NA COR PRETA; SEM GAVETEIRO; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NR-17 ERGONOMIA E NBR 13961 E 13966;	17542	LAB.REGIONAL	25	25	unidade
10	Poltrona reclinável com otomano integrado	POLTRONA RECLINÁVEL EM 3 POSIÇÕES, COM TRAVA, ESTRUTURA CONSTRUÍDA EM TUBOS DE 1 ¼" X 1,06 MM PINTADO. ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA, REVESTIDO COM ESPUMA DE 3 CM. DESCANSA PÉS INTEGRADO COM REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DE CREMALHEIRA. APOIO DE BRAÇOS ESTOFADO COM BRAÇADEIRA PARA COLETA. PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA. DIMENSÕES: ENCOSTO 0,78M X 0,54M; ASSENTO 0,56M X 0,54M X 35M DE ALTURA E DESCANSA PÉS 0,54M X 0,38M. COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM A NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	16255	LAB.REGIONAL	04	04	unidade

16 - VALORES ESTIMADOS:

Processo/Ano: **5729/2024**

Modalidade: **Pregão Eletrônico**

Seqüência/Ano: **53/2024**

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	VI. Unitário	VI. Total
1	99,0000	UND	CADEIRA CAIXA, ESTOFADA, SEM BRACOS - CADEIRA CAIXA; COM ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA, CONCHA DUPLA; REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; COM DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M3; SEM BRACO; ASSENTO MEDINDO APROXIMADAMENTE (460 X 460) MM, COM REGULAGEM DE ALTURA A GAS; ENCOSTO MEDINDO APROXIMADAMENTE (120 X 390) MM, COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE (BACK SYSTEM); BASE COM 5 PATAS COM RODÍZIO, SEM ARO; COM CAPA INJETADA EM POLIPROPILENO NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES;	R\$ 1.068,00	R\$ 105.751,80
2	255,0000	UND	CADEIRA FIXA EM POLIPROPILENO 4 PES - ESTRUTURA DE ACO - CONCHA DUPLA, SEM VAO ENTRE ENCOSTO E ASSENTO; COM ENCOSTO E ASSENTO EM MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA, MOLDADA ANATOMICAMENTE; ESPESSURA MINIMA DE 10,5MM; REVESTIDO EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; COM BORDAS ARREDONDADAS; ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M3; COM BRACOS FIXOS; ESPALDAR MEDIO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MÍNIMO (470 X 620)MM; COM ASSENTO MEDINDO NO MÍNIMO (465 X 470)MM; COM ESTRUTURA EM EM ACO TUBULAR; BASE 04 PATAS (PES); ACABAMENTO CROMADO; NA COR NATURAL DO ACO; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NBR 13962 E NR-17;	R\$ 845,00	R\$ 215.475,00
3	482,0000	UND	CADEIRA GIRATORIA, ESTOFADA, COM BRACOS - CADEIRA GIRATORIA; CONCHA DUPLA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA; ESPESSURA MINIMA DE 12MM; REVESTIDOS EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; ACABAMENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO NO CONTRA ENCOSTO; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADA INJETADA COM NO MINIMO 50MM DE ESPESSURA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45 KG/M3 E	R\$ 784,33	R\$ 378.048,67

			50KG/M3,RESPECTIVAMENTE; ESPALDAR BAIXO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MINIMO (305LARG.X 240ALT.)MM; E ASSENTO MEDINDO NO MINIMO (400LARG.X 380PROF.)MM; COM BRACOS EM ESTRUTURA INTERNA EM ACO; COM ALTURA REGULAVEL; REGULAGEM DE ALTURA E DE INCLINACAO,COM MECANISMO DE FLUTUACAO PARA O ENCOSTO; E REGULAGEM PNEUMATICO (A GAS) DE ALTURA PARA O ASSENTO; TUBO CENTRAL EM ACO SAE 1010; COM PROTECAO EM CAPA TELESCOPICA EM POLIPROPILENO INJETADO; BASE FORMADA POR 05 PATAS COM RODIZIOS DUPLOS DE NYLON; BASE EM ACO; COM PINTURA ELETROSTATICA EM TINTA EPOXI PO; NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT 13962/06 E NR-17;		
4	147,0000	UND	CADEIRA GIRATORIA, ESTOFADA, SEM BRACOS - CADEIRA GIRATORIA; CONCHA DUPLA; COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA; ESPESSURA MINIMA DE 12MM; REVESTIDOS EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; ACABAMENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO NO CONTRA ENCOSTO; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADA INJETADA COM NO MINIMO 50MM DE ESPESSURA; APRESENTANDO DENSIDADE DE 45KG/M3 E 50KG/M3,RESPECTIVAMENTE; ESPALDAR BAIXO; COM ENCOSTO MEDINDO NO MINIMO (305 LARG. X 240 ALT.)MM; E ASSENTO MEDINDO NO MINIMO (400 LARG. X 380 PROF.)MM; SEM BRACOS; REGULAGEM DE ALTURA E DE INCLINACAO,COM MECANISMO DE FLUTUACAO PARA O ENCOSTO; E REGULAGEM PNEUMATICO(A GAS)DE ALTURA PARA O ASSENTO; TUBO CENTRAL EM ACO SAE 1010; COM PROTECAO EM CAPA TELESCOPICA EM POLIPROPILENO INJETADO; BASE FORMADA POR 05 PATAS COM RODIZIOS DUPLOS DE NYLON; BASE EM ACO; COM PINTURA ELETROSTATICA EM TINTA EPOXI PO; NA COR PRETA; COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT 13962 E NR-17;	R\$ 728,33	R\$ 107.065,00
5	35,0000	UND	CADEIRA TIPO MOCHO - CADEIRA TIPO MOCHO, DE ACO, REVESTIDO COM COURVIM, COM ESTRUTURA DE ACO, ASSENTO NO FORMATO REDONDO COM 36 CM DE DIAMETRO; MEDINDO 39 X 11 CM (LARGURA X ALTURA) COM ALTURA E INCLINACAO DE ENCOSTO; COM PINTURA ELETROSTATICA NA COR PRETA; NA COR PRETA; COM	R\$ 659,50	R\$ 23.082,50

			CONCHA DUPLA, SEM BRACOS, GIRATORIO, COM RODÍZIOS.		
6	90,0000	UND	GAVETEIRO QUATRO GAVETAS PRADRAO - GAVETEIRO P/ESCRITORIO; EM MDF MACICO, DURATEX; TAMPO COM 4 CANTOS ARREDONDADOS, CORPO, LATERAIS E FRENTES DE GAVETAS EM MDF 25 MM; REVESTIMENTO EXTERNO DE LAMINADO MELAMINICO DE ALTA PRESSAO DE NO MÍNIMO 0,6MM DE ESPESSURA; NA COR BRANCA; COM ESTRUTURA DO TAMPO EM MDF 25MM MACICO E RODINHAS DE SILICONE; MEDINDO A60 X L40 X P50 CM; TIPO VOLANTE; CONTENDO 4 GAVETAS ; BORDAS DO GAVETEIRO SUPERIOR E INFERIOR LEVEMENTE ARREDONDADAS EM 90°; DESLIZANDO CORREDICA TELESCOPICA 50MM; COM PUXADOR ALUMÍNIO FOSCO SP-047L PARA 25 MM BARRA; COM UMA FECHADURA; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES;	R\$ 602,50	R\$ 54.225,00
7	65,0000	UND	LONGARINA 04 LUGARES - EM ACO, CINZA - LONGARINA; MODELO CONCHA DUPLA; COM 04 LUGARES; COM BRACOS; ASSENTO E ENCOSTO EM ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADOS EM CHAPA DE ACO,BRACOS EM LIGA DE ALUMINIO; ESTOFAMENTO COM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADO; DENSIDADE DE D-30; REVESTIDO EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; ESTRUTURA EM TUBO DE ACO; COM PES NIVELADORES; MEDINDO NO MINIMO (2000 X 780 X 670)MM; ACABAMENTO DA ESTRUTURA EM PINTURA ELETROSTATICA COM TINTA PO; NA COR CINZA; COM GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	R\$ 1.035,00	R\$ 67.275,00
8	90,0000	UND	MESA DE TRABALHO EM L - TAMPO EM MDP 25MM COM ACABAMENTO EM FITA PVC 2 MM E PERFILMACICO ERGOSOFT 180°; MELAMÍNICO; PERFIL PVC; NO FORMATO EM " L "; MEDINDO 1,60 X 1,60 X 0,60 M; 25MM; NA ALTURA DE 75CM; ESTRUTURA EM MDP; PAINEL FRONTAL: EM MDP 18MM COM ACABAMENTO EM FITAPVC 1MM; MDP; ESPESS. ESTRUT. 25MM; MELAMÍNICO; SEM GAVETEIRO; PES PAINEL: INFERIORES EM MDP 25MM COM ACABAMENTO EM FITA PVC 2MM E SAPATAS NIVELADORAS 1/4 POL; 18MM PE CENTRAL: INFERIOR EM MDP 25 E 18MM COM ACAB.EM FITA COM FUROS PARA PASSAGEM DE FIACAO; COM GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES; FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT E NBR VIGENTE;	R\$ 888,33	R\$ 79.950,00
9	125,0000	UND	MESA DE TRABALHO PADRAO - ESTACAO DE TRABALHO; CONTENDO	R\$ 2.127,66	R\$ 265.958,33

			MESA RETA; SEM DIVISORIA; MEDINDO 500 X 1400 X 750 MM (L X C X H); COM TAMPO UNICO; CONFECCIONADO EM MDF; MEDINDO 500 X 1400 MM (L X C X H); ESPESSURA 25 MM COM ENCABECAMENTO DE 25 MM, TOTALIZANDO 50 MM; MESA COM ALTURA 750 MM; TEMPO REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO; PADRAO MADEIRADO; POSTFORMING 180° NA FACE FRONTAL E FITA ABS NA FACE POSTERIOR; ESTRUTURA EM METALON PERFIL RETANGULAR 50 X 30 MM; MEDINDO 1400 X 500 MM; METALICA; COM ESPESSURA DE 2 MM; SEM ELETROCALHAS; ACABAMENTO DA ESTRUTURA EM PINTURA ELETROSTATICA EPOXI PO; ESTRUTURA NA COR PRETA; SEM GAVETEIRO; COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NR-17 ERGONOMIA E NBR 13961 E 13966;		
10	46,0000	UND	POLTRONA RECLINAVEL COM OTOMANO INTEGRADO - NA COR PRETA - POLTRONA RECLINAVEL EM 3 POSICOES, COM TRAVA, ESTRUTURA CONSTRUÍDA EM TUBOS DE 1 ¼" X 1,06 MM PINTADO. ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA, REVESTIDO COM ESPUMA DE 3 CM. DESCANSA PES INTEGRADO COM REGULAGEM DE ALTURA ATRAVES DE CREMALHEIRA. APOIO DE BRACOS ESTOFADO COM BRACADEIRA PARA COLETA. PES COM PONTEIRAS DE BORRACHA. DIMENSOES: ENCOSTO 0,78M X 0,54M; ASSENTO 0,56M X 0,54M X 35M DE ALTURA E DESCANSA PES 0,54M X 0,38M.	R\$ 1.023,75	R\$ 47.092,50
11	90,0000	UND	PRATELEIRA DE ACO ALTURA 2,60M, LARGURA 0,92M, PROF. 0,43M - COLUNA CHAPA 14 - BANDEJAS CHAPA 22. DESMONTAVEL. ABERTA NAS LATERAIS E NO FUNDO. SETE BANDEJAS TIPO ALMOFADA MEDINDO 920 MM X 430 MM. ESTANTE DESMONTAVEL DE ACO; TIPO ABERTA NOS FUNDOS E NAS LATERAIS; COM 07 PRATELEIRAS; NA ALTURA DE 2600MM; COM PRATELEIRAS DE (920X430)MM=(LXP); PARA SUPORTAR CARGA UTIL DE NO MÍNIMO 100KG POR PRATELEIRA; FIXACAO POR PARAFUSOS; COM ESPESSURA MINIMA DE 0,79MM (CHAPA N.22); COLUNAS EM FORMATO L, DE (38X38)MM, ESPESSURA MINIMA DE 1,98MM (CHAPA N.14), COM REFORCO OMEGA; COM REFORCOS EM X NAS LATERAIS E NOS FUNDOS; TRATAMENTO ANTIFERRUGEM E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA COM TINTA PO; NA COR CINZA; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES;	R\$ 1.225,55	R\$ 110.299,68